

Protocolo de Cartagena

Em busca do consenso

Rodrigo Carvalho de Abreu Lima*

NESTE INÍCIO de 2008, as negociações do Protocolo de Cartagena sobre Biossegurança terão como foco a criação de um mecanismo de Responsabilidade e Compensação (Liability and Redress) por possíveis danos causados por organismos vivos modificados (OVMs).

Apesar de ser o único grande país produtor e exportador de produtos agrícolas a ratificar o Protocolo, o Brasil norteou a sua posição nas discussões baseado na sua megadiversidade.

O Protocolo de Cartagena é um tratado ambiental internacional, com o objetivo de criar normas para assegurar o movimento transfronteiriço e evitar possíveis danos para a biodiversidade causados por OVMs. Objeto das reuniões das Partes (COP-MOPs), possui duas obrigações principais:

- Identificar OVMs sujeitos a movimentos transfronteiriços;
- Estabelecimento de mecanismo de Responsabilidade e Compensação por possíveis danos causados por OVMs.

Apesar de o Protocolo limitar seu foco à interação entre o movimento transfronteiriço de OVMs e a conservação e uso sustentável da biodiversidade, as discussões avançam sobre:

- O conceito, a mensuração e a responsabilidade do dano;
- Regulação de danos entre Partes e Não-Partes do Protocolo;
- Seguros de produtores, exportadores e até transportadores, contra danos.

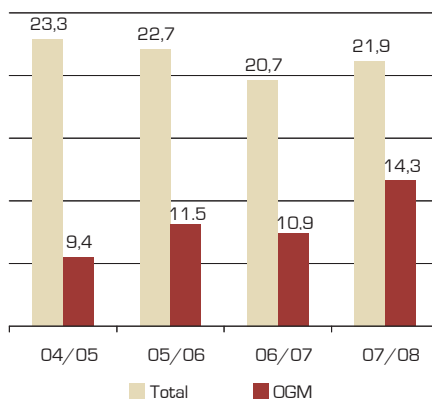
Importações e regulamentações

As negociações do Protocolo compreendem os interesses e as posições de mais de 140 países. As decisões devem ser tomadas por consenso. É um processo lento, com

influências do grau de evolução da biotecnologia e da aceitação em relação aos OVMs de cada país, dentre outros fatores.

Com capacidade de regular soberanamente os temas ligados aos organismos geneticamente modificados (OGMs), os países importadores podem estabelecer regras específicas sobre os temas em debate no Protocolo.

Brasil: área da sojicultura – total e com OGM (milhões de hectares)



Fonte: Conab/Isaiaa/Celeres

No caso dos importadores de soja em grão e milho do Brasil, a maioria dos países já possui regulamentações sobre OGMs. São regras soberanas que podem influenciar as decisões do Protocolo.

Existem três argumentos importantes para o Brasil considerar nas negociações:

- 1º. Como a decisão depende de consenso, o Protocolo avança lentamente pois são levados em consideração os interesses de regulamentação soberana dos países nas questões ligadas aos OGMs;
- 2º. Como o movimento transfronteiriço de OVMs sofre influências das regras dos países, as práticas adotadas no

mercado ganharão peso nas decisões do Protocolo;

- 3º. Os importadores com regras soberanas podem ficar em posição comercial vantajosa perante o exportador que é Parte do Protocolo (caso do Brasil), ao optarem pela norma mais restritiva e criar barreiras não-tarifárias ao comércio.

Posição estratégica

Como primeiro produto transgênico adotado, mais produzido no Brasil e largamente usado e aprovado comercialmente em vários países, a soja OGM é um teste para a implementação do Protocolo.

Se um OVM autorizado comercialmente pela lei soberana do país importador pode causar um dano em seu território, o movimento transfronteiriço de soja a exportação de soja OGM tem:

- Implicações perante a identificação dos carregamentos de OVMs;
- Influências para as discussões sobre Responsabilidade e Compensação.

Diante do impacto da biotecnologia, a criação de regras estritas pode transformar o Protocolo em um “tratado vazio”, sem força, além de expor os atores do comércio internacional a riscos jurídicos. Um OVM somente pode ser levado de um país a outro após análise de risco e aprovação comercial pelo importador e pelo exportador que o produz.

Como os principais importadores de soja em grão possuem regulamentação sobre OGMs, para o Brasil é estratégico adotar uma posição negociadora equilibrada, para atender estritamente aos objetivos do Protocolo e nada mais.

Com isso, a abrangência da negociação sobre Responsabilidade e Compensação transcende o Protocolo. Dar margem para a criação de regras ligadas a danos patrimoniais, sociais, culturais e até espirituais, dentro do Protocolo, é um risco bastante elevado. As obrigações além do objetivo de regular o movimento transfronteiriço para evitar danos à biodiversidade, como fogem do mandato expresso do Protocolo, devem ser veementemente combatidas pelo Brasil. ■

* Gerente Geral do Icone